

AGRESSÕES E SILÊNCIOS: GRITOS INAUDÍVEIS EM PARAÍSO, DE TATIANA SALEM LEVY

Janara Laíza de Almeida Soares¹

Uma obra literária tem um aspecto básico e óbvio para ser reconhecida: trabalha com palavras. Trabalhar com as palavras implica ter voz e possibilidades de fazer essa voz ecoar. Quem tem voz consegue falar, representar-se, tenta representar o outro. Quem tem voz consegue problematizar questões sobre si mesmo e as situações sociais que o afetam.

Talvez parte daí o grande silêncio em relação às mulheres na literatura: na sociedade, a posse da voz ainda é um problema. Entre negros e negras, homossexuais, transexuais, indígenas, mulheres, sem-teto, há a semelhança do processo violento de silenciamento. Resguardadas suas peculiaridades, essas minorias têm em comum a luta contra as tentativas de apagamento, que vão da violência psicológica à destruição da existência, à morte.

Falar e exteriorizar situações de violência não é fácil. Há toda uma estrutura social que impede ou dificulta que as classes oprimidas verbalizem suas condições de existência. Ter voz e fazê-la ecoar é uma condição para a existência e para a luta por melhores condições de vida. Em relação à violência doméstica e à violência sexual, por exemplo, o grande objetivo inicial de vários projetos sociais é fazer com que a mulher fale², pois é a partir dessa fala que vários processos serão iniciados, desde a

¹ Doutoranda do Programa de Literatura e Práticas Sociais (Pós-Lit) da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia (2012), especialista em Linguística: Leitura e Produção de Texto pela mesma universidade e mestra em Literatura pela Universidade de Brasília (2017). E-mail: janara_soares@hotmail.com

² Por exemplo, o projeto Minha Voz, existente desde 2014, que visa recolher depoimentos de mulheres e compartilhar informações sobre como elas podem agir para fazer as denúncias; o projeto Quebrando o Silêncio, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que existe desde 2002 e está voltado tanto para violência contra as mulheres quanto contra crianças e idosos; e várias outras intervenções menores que sempre têm início com o encorajamento à denúncia da violência. Em âmbito governamental, temos a aprovação da Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, que prevê todo um aparato para incentivar as denúncias e garantir a punição ao agressor e a segurança da agredida; e o Ligue 180, central criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que serve como canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina, tendo sido ampliada recentemente para o

recuperação física e psicológica da mulher até a punição e a reflexão sobre mudanças.

A literatura consegue refletir esses processos de silenciamento, tanto em relação ao campo literário, com a dificuldade de ser mulher e fazer literatura nas sociedades patriarcais e machistas, quanto na própria narrativa. O livro da brasileira Tatiana Salem Levy, *Paraíso* (2014) é um exemplo desse processo. Este livro mostra a história da escritora Ana, que passa uma noite com um desconhecido, tendo relações sexuais desprotegidas com ele. Depois do sexo, o homem lhe revela que está infectado com HIV. Ana faz os exames e toma os devidos cuidados, mas deverá esperar vinte e oito dias para descobrir se foi infectada. Na angústia da espera, a escritora se refugia no sítio de sua amiga, chamado Paraíso, a fim de escrever um romance sobre uma suposta maldição que assola as mulheres de sua família há gerações. Durante a escrita desse livro, a autora descobre várias formas de silenciamento, desde a escrava do século XIX que deu início à maldição da sua família até as mulheres próximas a ela.

Há, neste livro, a exploração de uma herança feminina de silenciamento em relação às agressões sofridas, que perpassam diversos tempos, raças e classes. O que faria uma vítima – uma mulher – silenciar frente àquele ou àquela que a agride? Quais os mecanismos que produziram essa cultura do silêncio onde estão inscritas as personagens de *Paraíso*?

O ato de calar é ensinado às mulheres desde crianças. O comando e a violência legitimada para exercer esse comando estão, por sua vez, na mão dos homens. Esse não é um paradigma recente. Foi, em nossa sociedade, calcado sob um discurso religioso-cristão que se estendeu por todos os âmbitos sociais.

Em estudo sobre o silenciamento das mulheres na literatura brasileira, Luciana Santos de Oliveira e Luciano Amaral Oliveira (2010) mostram que o discurso religioso-cristão institucionalizou e manteve a postura misógina da sociedade, como está explícito na análise que a autora e o autor fazem do Gênesis, o primeiro texto bíblico, e do discurso de Paulo de Tarso. No primeiro texto, temos a invisibilidade da mulher e a justificativa da dominação do homem sobre ela já no ato da criação. Nas cartas de Paulo temos o silenciamento efetivo das vozes femininas.

Sobre o silenciamento das mulheres imposto por Paulo de Tarso, Luciana Santos

recebimento de queixas.

de Oliveira e Luciano Amaral Oliveira destacam:

Esse conceito de subordinação é reforçado por Paulo, ainda na primeira epístola aos coríntios, determinando o silenciamento da mulher:

14:34 As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas; como ordena a lei.

14:35 E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja.

Podemos perceber, a partir desses versículos, que o silenciamento das vozes femininas vai além do espaço aparentemente circunscrito pela palavra “igreja”: a igreja metaforiza a sociedade como um todo. (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2010, p. 153)

O discurso do silenciamento da mulher sai da igreja e se adentra nas escolas. Ambos os espaços – igreja e escola – são espaços de formação e controle das mentes e dos corpos. Sobre a escola, Guacira Lopes Louro nos dá um painel amplo sobre como a sociedade tem educado homens e mulheres para serem homens e mulheres “de verdade”, seguindo certas regras para encaixarem-se no modelo imposto.

Em seu artigo “Pedagogias da sexualidade”, Guacira Lopes Louro (2007) mostra dois relatos: o de Corrigan, menino educado em uma escola particular inglesa, e a sua própria experiência em uma escola pública brasileira.

A escola inglesa na qual Corrigan foi educado permitia “formas legitimadas de violência exercidas por alguns garotos (*sêniors* ou maiores sob alguns aspectos) sobre os novos” (LOURO, 2007, p.17). Havia, então, a produção de uma “masculinidade dura, forjada no esporte, na competição e na violência consentida” (LOURO, 2007, p.17). É um homem formado para estar acima, para subordinar aqueles que são fracos e praticar livremente a violência contra eles/elas.

Na educação feminina na escola pública do Brasil, como consta no relato pessoal de Guacira Lopes Louro, as meninas são ensinadas a serem “dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas” (LOURO, 2007, p. 18). A educação dada às mulheres nas escolas não é diferente do que Paulo de Tarso escreveu há séculos: continua o ideal da mulher silenciosa, discreta, que erra – pois é a ela que é ensinado pedir desculpas –, que obedece. A educação, religiosa ou formal, garante que homens sejam constituídos homens na medida em que mandam e praticam violência

legitimada, e que as mulheres sejam constituídas mulheres na medida em que se sujeitam e se calam. Qualquer desvio dessa regra é punido por coação direta ou indireta.

A mulher construída por esse processo de subalternização e silenciamento foi delineada por Virginia Woolf em 1931:

Vocês, que são de uma geração mais jovem e mais feliz, talvez não tenham ouvido falar dela – talvez não saibam o que quero dizer com o ‘Anjo do Lar’. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. (...) Em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto. Naqueles dias (...) toda casa tinha seu Anjo. E, quando fui escrever, topei com ela já nas primeiras palavras. Suas asas fizeram sombra na página; ouvi o farfalhar de suas saias no quarto. Quer dizer, na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela logo apareceu atrás de mim e sussurrou: ‘Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura (WOOLF, 2012, p. 11-12).

Esse fantasma antigo que estava entre Virgínia Woolf e sua produção não ficou restrito à década de 1930. Essa representação da mulher virtuosa, doce, pura, que não tem opinião própria – ou melhor, não pode deixar que os outros percebam que ela tem uma opinião – ainda é um obstáculo para as mulheres nos dias de hoje, e um dos problemas quando se fala em dominação e violência.

As representações do masculino e do feminino são, pois, construções sociais, como mostra Guacira Lopes Louro:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate [entre as filiações teóricas] vai se constituir, então, através de uma nova

linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 20).

Assim, não é o sexo biológico que define os papéis sociais de homens e mulheres em uma sociedade, mas as representações que são construídas para interpretar as características do sexo. Ao definir gênero, por exemplo, Elizabeth Badinter utiliza a noção de associação, não de essencialidade:

A definição de gênero implica na sexualidade: quem faz o que, e com quem? A identidade masculina está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força. A identidade feminina, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa (BADINTER, 1993, p. 99).

Teresa de Lauretis faz um estudo mais aprofundado para mostrar como essas representações são construídas. Para ela, o gênero é produto de tecnologias sociais e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, onde se encaixam a religião e a escola, e também de práticas cotidianas (LAURETIS, 1994, p. 208). Nesse contexto, o gênero representa não a pessoa em si e suas atribuições “essenciais”, mas uma relação social (LAURETIS, 1994, p. 211).

É nessa lógica de dominação, em que as noções de masculino e de feminino são representações construídas socialmente através de vários níveis de interpelação e de tecnologias, que as personagens do romance *Paraíso* estão inscritas. Ana, na espera de descobrir se está ou não infectada com o vírus HIV, traz consigo outro motivo de medo e ansiedade: as mulheres da família de Ana, segundo reza a lenda, estariam sob uma maldição lançada há anos por uma africana escravizada que foi morta por uma das ascendentes de Ana. A esposa de um barão, com ciúme da relação entre seu marido e a mulher escravizada, manda enterrá-la viva. A mulher, antes uma sacerdotisa em sua nação de origem, lança uma maldição, na qual cinco gerações de mulheres descendentes da baronesa sofreriam por amor.

Ana, assombrada pelo seu suposto passado e esmagada pelo peso da espera dos resultados, resolve se refugiar em um sítio de uma amiga. Lá, escreveria um romance dando voz à mulher enterrada e contando sua história, numa tentativa de anular a maldição.

Ana “vivia fugindo da memória, certa de que a felicidade exigia o esquecimento” (LEVY, 2014, p.12). No entanto, o sítio, a despeito do nome *Paraíso*, é o local em que ela lembrará todos os seus fantasmas, além de vivenciar novas experiências. As lembranças são da sua própria história e da história de sua mãe, marcadas pelo silêncio frente a agressões sofridas. Também entra em contato com Rosa, a empregada do sítio, vítima silenciosa de violência.

O que se repete nas histórias dessas mulheres é a impotência de se manifestar em relação às investidas agressivas dos homens que as rodeiam. São corpos educados para o silêncio. Quando respondem, nunca o fazem diretamente: são evasivas, têm cuidado para não irritar, para não se mostrarem hostis, utilizam as “artes e manhas do nosso sexo” (WOOLF, 2012, p. 10).

O primeiro caso de silenciamento é o da mulher escravizada. Essa mulher, sem nome, passa por uma série de agressões vindas de vários agentes: dos homens que a capturaram quando ainda estava em sua terra, do barão para quem foi vendida, da esposa do barão. Enquanto está sendo enterrada, lança a maldição. Essa maldição é sua última tentativa de fala, seu gesto de resistência. No entanto, depois de descobrir o significado das palavras, a baronesa manda que desenterrem a escrava para cortar a língua dela, na tentativa de que as palavras não tenham efeito.

Vemos nessa passagem vários gestos simbólicos de apagamento da mulher negra. Se ela não conseguiu ser apagada pelo trabalho escravo, seria apagada pelo enterro em vida. Se deixou sua marca durante o enterro em vida – a maldição – sua língua, o instrumento que lança a praga, será retirada. A mulher que vai contra o silêncio e a aceitação da agressão deve ser eliminada – nesse caso, fisicamente.

O medo da eliminação faz com que Ana fique em silêncio quando é assediada por seu padrasto. Depois de muito tempo ela resolve contar para sua irmã mais velha, Bel, o que aconteceu. Contaria para a irmã por que “Bel era muito diferente de Ana, dizia sempre o que pensava, talvez pudesse salvá-la” (LEVY, 2014, p. 57). Bel, ao ouvir a história, grita, se levanta, mostra revolta – o oposto de Ana. No entanto, antes de poder ajudá-la a contar a história para a mãe, Bel sofre um acidente. Tal como a escrava, que verbalizava, Bel morre. O silêncio continua.

A forma como Ana reage às investidas do padrasto mostram a educação

feminina de justificar, de pedir desculpas, de obedecer:

Sentiu o bafo de álcool, pensou é isso, ele está bêbado, afastou-se sem nenhum movimento brusco, devagar, primeiro um braço, depois o outro, a voz mansa tô estudando, e ele eu te adoro, e ela tenho prova, caminhou de costas, o corpo tremendo, a cabeça virando de vez em quando para ver a passagem, até se sentar no sofá e puxar a mesa de centro contra o joelho, um escudo (LEVY, 2014, p. 58).

Depois disso vem a dúvida:

Pesadelo? Era isso mesmo que estava acontecendo? Será que não era um delírio seu? Será que Raul não estava apenas sendo afetuoso, um pouco bêbado e inconveniente, é verdade, mas nada fora do normal, devia ser paranoia da sua cabeça (LEVY, 2014, p. 58).

Caso Ana falasse sobre o que aconteceu, provavelmente seriam essas as questões que lhe fariam: não é paranoia, você não está sendo exagerada? Esse trecho aparece como a voz dos outros na cabeça de Ana, que prevê as justificativas ao invés de assumir logo as investidas do padrasto como assédio.

Quando Raul senta ao lado de Ana no sofá e passa a mão na coxa dela, sua forma de resistência é quase inaudível, e ela própria acredita que não consegue ou não pode mostrar resistência:

Num impulso quase violento, colocou o livro sobre as pernas, com força, para ele se mancar e tirar a mão dali, mas ele não se mancou, e sua mão ficou espremida entre o livro e a pele, Ana sem ar. Ele sentiu, ela percebeu o segundo exato em que ele sentiu que ela não iria além disso, de pôr o livro sobre as pernas, a salvação nunca viria de si mesma, só a chave girando na fechadura, mas não girava [...] (LEVY, 2014, p. 59).

O silêncio de Ana se inscreve também no medo de ser eliminada pela mãe:

Chamava a mãe preciso falar com você, olhava para ela com ternura, e era invadida pelo medo de deixar de ser amada. Pelo medo do que a mãe poderia pensar. De que a considerasse culpada. De que fosse realmente culpada. Teria feito alguma coisa para provocá-lo? Seria culpa dos shorts que usava? Das camisetas largas, sem sutiã? (LEVY, 2014, p. 63).

A mulher que expõe a agressão será julgada. A sexualidade deveria ser um assunto privado e conseqüentemente o que vem com ela – mudanças na norma sexual, desejos “desviantes”, agressão e violência sexual – também deveria ser. Falar sobre estupro ainda é um tabu, como mostra a discussão da revista Superinteressante do mês de julho de 2015. O discurso de culpabilização da vítima é um dos maiores fatores que impedem a denúncia de agressões sexuais.

Essa culpabilização já foi interiorizada, como vemos no discurso de Ana, e também foi interiorizada por sua mãe, vítima de estupro. Dirigindo, esqueceu-se de travar a porta do carro e quando parou no sinal vermelho, dois homens entraram no carro. Durante o assalto e o estupro, seu pensamento era de se culpar por ter esquecido o pino da porta levantado. A ação do assalto e do estupro são quase normais; o problema é ela, mulher, esquecer de se proteger desse tipo de situação.

Ana não sabia do ocorrido com a mãe. Quando, anos depois, a mãe conta a versão verdadeira do assalto, Ana – personagem bastante egoísta, como podemos notar em seu comportamento para com Rosa, a empregada do sítio – sente revolta não pelo estupro em si, mas por ficar sabendo dele.

Ouvindo a mãe, pensava com que direito ela me leva até o horror, com que direito enfeia a história, embrutece os acontecimentos, será que não sabe que a vida inteira, quando, numa roda de amigos, surgia o assunto violência, ela dizia minha mãe foi assaltada uma vez, mas depois prenderam os bandidos e o carro foi entregue, e agora a mãe aniquilava toda a sua história com final feliz [...]. Marieta desligou o motor, virou para ela com os olhos umedecidos e não disse nada. Estava revoltada. Alguns segundos depois, Marieta disse vai, anda, não pensa nisso, aproveita a sua noite, amanhã a gente se fala. Então a revolta se tornou uma enorme raiva contra a mãe. (LEVY, 2014, p. 129-130).

Ana quis fazer perguntas para a mãe depois disso, mas não conseguiu. Para ela, não falar sobre o assunto é como fazer com que nunca tivesse acontecido. Ela utiliza, dessa forma, a mesma técnica de silenciar para fingir que não aconteceu utilizada na agressão vinda de Raul.

O silêncio de Ana em relação a Raul só é quebrado muitos anos depois, quando eles, por acaso, se reencontram em Barcelona. No entanto, até para quebrar o silêncio, Ana passa por todo um ritual de cordialidade e boa educação:

E na tarde seguinte, depois de uma noite maldormida, Ana chegou ao restaurante decidida a falar. Esperou o almoço ser servido, os assuntos banais se desenrolarem, e assim que o garçom tirou os pratos da mesa, ela disse você me fez muito mal. A voz saiu tão doce, tão suave, que nem parecia dizer o que dizia, dando espaço para ele responder eu sei [...]. Raul esperou Ana enxugar as lágrimas, que não saíam em pranto, assim como a voz que, apesar do conteúdo, saiu mansa até o fim, quase dissociada do que dizia. (LEVY, 2014, p. 129-130).

Seu momento de orgulho foi quando conseguiu retornar ao restaurante e dizer que jamais o perdoaria, em voz alta, sem temer que os outros escutassem. Mas esse “dizer” estava longe das pessoas que conhecia, da mãe, do tempo em que tudo aconteceu. Em Barcelona, naquele restaurante, não haveria ninguém para julgá-la, para tentar justificar as ações de Raul ou culpá-la por algo. Somente nesse momento Ana conseguiu quebrar o silêncio.

Sua ação efetiva contra o abuso só aconteceu em relação à Rosa, a empregada, uma personagem que trafega pelo romance, quase imperceptível. O narrador não se adentra nas violências sofridas por Rosa. Seu acesso a essa personagem é limitado, como se pudesse falar apenas o que Rosa permitisse. A empregada aparece entre o almoço e o jantar e podemos apenas imaginar quais são as coisas que acontecem com ela pela sua expressão, pelas suas marcas. Ela não fala de sua situação com ninguém, apenas com Jesus, e não espera justiça ou vingança, mas apenas que o marido volte para casa. A culpa das traições e do vício não é do esposo, mas do diabo, que o possui.

Quando Rosa aparece com marcas pelo corpo, dizendo que caiu, Ana imagina que foi Sérgio, o marido recém-retornado para casa, que a agrediu. Leva Rosa para a delegacia, mas a empregada se recusa a prestar queixa, repetindo que não foi ele o autor da agressão. No final da narrativa da cena, a seguinte pergunta vem da boca de Rosa: “Parou, engoliu o choro e, por último, antes de subir as escadas rumo à sua casa, perguntou com que cara eu ia dizer pra minha filha que o pai dela foi preso?” (LEVY, 2014, p. 123).

Rosa se vê presa às aparências, principalmente por ser evangélica. Em estruturas tão marcadas, coloca-se na mulher a responsabilidade por manter o lar e o contrato familiar. Assim, caso o marido ou os filhos acabem em transgressão, é sobre a

mulher, esse “anjo do lar” delineado por Virginia Woolf, que a responsabilidade cairá. Dessa forma, esconder o seu drama é a melhor solução para manter a aparência da família, pois o fracasso da estrutura de sua casa seria o seu próprio fracasso.

Em todos esses casos – mulheres brancas e negras, senhoras e empregadas, pobres ou classe média – a agressão é uma constante e o silêncio é quase uma regra. Esse silêncio, aprendido na escola e na igreja, é constituído junto com a legitimidade da dominação masculina, também ensinada aos meninos nestes ambientes. Mesmo num romance escrito por uma mulher, falando sobre mulheres e as agressões que sofrem, a única voz que quebrou o silêncio foi o da escritora, pois os gritos de suas personagens se mantêm inaudíveis, sendo percebidos apenas pelo leitor. Na vida das personagens, apenas silêncio.

Apesar desse quadro bastante negativo, há a possibilidade de resistência. Guacira Lopes Louro, refletindo acerca do domínio sobre os corpos, afirma que

Historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre nosso corpo, “emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder” (Foucault, 1993, p.146). Buscamos, todos, formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos (LOURO, 2007, p. 24).

Essa resistência, no entanto, não é encontrada nas personagens de *Paraíso*. São mulheres que apenas tentam continuar vivendo, apesar das experiências de violência. Talvez o grande ato de resistência da obra seja sua própria escrita, que expõem essas situações “incômodas” para a sociedade, retirando-as do âmbito pessoal e trazendo-as para o público.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **XY: Sobre a identidade masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HUECK, K. Como silenciemos o estupro. **Superinteressante**. Edição 349, julho de 2015. Disponível em <http://super.abril.com.br/comportamento/como-silenciamos-o-estupro/>. Acesso em 22 de abril de 2017.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H.B. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LEVY, T.S. **Paraíso**. Rio de Janeiro: Foz, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G.L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed., 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.07-34.

OLIVEIRA, L.S; OLIVEIRA, L.A. O silenciamento literário das mulheres brasileiras. **Revista Interdisciplinar**. Ano 5, v. 10. p. 145-156, jan/jun de 2010.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

AGRESSÕES E SILÊNCIOS: GRITOS INAUDÍVEIS EM PARAÍSO, DE TATIANA SALEM LEVY

Resumo: O presente artigo analisa o silenciamento das mulheres no livro *Paraíso* (2014), de Tatiana Salem Levy. Considerando que a literatura se constitui como uma possibilidade de explorar a condição humana, organizando a experiência caótica da vida na narrativa, é possível analisar no livro de Levy como se dá o processo de legitimação das agressões para com as mulheres, bem como o silenciamento decorrente de uma educação voltada para a manutenção da submissão feminina. A partir dos estudos de Guacira Lopes Louro (2007), Luciana Santos de Oliveira e Luciano Amaral Oliveira (2010) e Elizabeth Badinter (1993), analisou-se como os comportamentos masculino e feminino são moldados para a perpetuação da submissão feminina, transformando-a num *habitus*. As personagens femininas aparecem, então, como figurações da situação feminina que, resguardadas as diferenças, mantém a violência e a submissão independente de classe, raça ou época.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Condição Feminina. Representação.

AGRESSIONS AND SILENCES: INAUDIBLE SCREAMS IN PARADISE, BY TATIANA SALEM LEVY

Abstract: This article analyzes the silencing of women in the book *Paraíso* (2014), by Tatiana Salem Levy. Considering literature as a possibility to explore the human condition, organizing the chaotic experience of life in the narrative, it is possible to analyze in the book of Levy how the process of legitimizing aggressions against women occurs, as well as the silencing of an education focused on the maintenance of female submission. From the studies of Guacira Lopes Louro (2007), Luciana Santos de Oliveira and Luciano Amaral Oliveira (2010) and Elizabeth Badinter (1993), it was analyzed how the masculine and feminine behaviors are molded for the perpetuation of the feminine submission. Then, the female characters appear as figurations of the feminine situation, which, preserved by differences, maintains violence and submission independent of class, race or time.

Keywords: Brazilian Literature. Female Condition. Representation.

AGRESIONES Y SILENCIOS: GRITOS INAUDIBLES EN PARAÍSO, DE TATIANA SALEM LEVY

Resumen: En este artículo se analiza el silenciamiento de las mujeres en el libro *Paraíso* (2014), de Tatiana Salem Levy. Mientras que la literatura es una oportunidad de explorar la

condición humana, organizando la experiencia caótica de la vida en la narrativa, es posible analizar en el libro de Levy cómo ocurre el proceso de legitimación de la agresión hacia las mujeres y el silenciamiento debido una educación orientada hacia el mantenimiento de la sumisión femenina. A partir de los estudios de Guacira Lopes Louro (2007), Luciana Santos de Oliveira y Luciano Amaral Oliveira (2010) y Elizabeth Badinter (1993), se examinó cómo los comportamientos masculinos y femeninos están formados para la perpetuación de la sumisión de la mujer, transformándola en un *habitus*. Los personajes femeninos aparecen, entonces, como figuraciones de la situación de las mujeres que mantiene la violencia y la sumisión independiente de clase, raza o tiempo.

Palabras clave: Literatura brasileña. Condiciones de las mujeres. Representación

Submetido em Maio de 2017

Aprovado em Junho de 2017